



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 536, DE 26 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O CONTROLE E USO RACIONAL DE ÁGUA POTÁVEL DISTRIBUÍDA PELA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, PROIBINDO O USO NÃO RACIONAL NAS EDIFICAÇÕES, INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO USO RACIONAL DA ÁGUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º O controle e uso racional de água potável no Município de Veranópolis será regido por esta Lei, em conformidade com os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9.433/1997 e conforme as diretrizes estabelecidas na legislação municipal, em especial: na Lei Orgânica, na Política Municipal de Saneamento, no Plano Diretor e no Código de Posturas, observadas, no que couber, as disposições previstas na legislação estadual e federal.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, define-se água potável como aquela fornecida pelas companhias de abastecimento público de água, dentro de parâmetros químicos e biológicos indicados para o consumo humano.

Art. 2º Os procedimentos para controle e uso racional de água potável visam atender a política urbana de pleno desenvolvimento da função social da cidade e da propriedade, conforme estabelece o Estatuto da Cidade e a Política Nacional de Recursos Hídricos.

CAPÍTULO I

DA CONSERVAÇÃO E DO USO RACIONAL DA ÁGUA

Art. 3º O controle e uso racional de água potável têm como objetivos:

I - diminuir custos do fornecimento, transporte e tratamento da água para as necessidades humanas;

II - gerenciar adequadamente a água, seu uso e seu suprimento;

III - incentivar o reuso e a reciclagem de água para fins não potáveis;

IV - manter a qualidade e a quantidade da água do Município;

V - proteger os aquíferos subterrâneos;

VI - evitar impactos nos ecossistemas;

VII - conservar a biodiversidade dos sistemas aquáticos;

VIII - preservar o ciclo natural da água e os mananciais superficiais; e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

IX - promover orientações referentes à Economia de Água.

Art. 4º Constitui uso não racional de água para fins desta Lei:

I - limpeza de calçadas ou passeios públicos com uso contínuo de água, por meio de mangueiras ou máquinas lavadoras de alta pressão;

II - molhar ruas constantemente;

III - manter torneiras, cano, conexões, válvulas, caixas d'água, reservatórios, tubos ou mangueiras eliminando água continuamente;

IV - lavar veículos com uso contínuo de água, excetuando-se os casos de uso de máquinas lavadoras de alta pressão ou semelhantes, que deverá possuir sistema que reduza o consumo de água potável ou que permita a sua reutilização, a ser verificado junto ao seu licenciamento.

§ 1º A limpeza de calçadas ou passeios públicos somente deverá ser feita através de varredura e recolhimento de detritos, ou através da utilização de baldes, panos, molhados, escovão ou utensílios específicos.

§ 2º Excetuam-se os casos em que sejam imprescindíveis à eliminação de material contagioso ou outros que tragam danos à saúde da coletividade.

Art. 5º Excetuam-se da proibição de que trata o art. 4º, a utilização de água proveniente de reuso e os casos de necessidade, nas seguintes situações:

I - Construção de imóvel;

II - Realização de obras de reforma de imóvel;

III - Construção de calçamento;

IV - Construção de passeio público;

V - Lavagem de veículos por empresa com atividade comercial regularizada.

Art. 6º Sendo constatado o uso inadequado ou o desperdício de água potável, distribuída pela rede pública de abastecimento, fica o poder público, no uso do seu poder de polícia, autorizado a advertir o munícipe, para que tal prática não se repita, anotando data, local e horário da ocorrência, mediante notificação administrativa.

Art. 7º O Poder Público colocará à disposição da população o aplicativo da Ouvidoria e o Fala Cidadão para registro das denúncias, visando facilitar e acelerar as ações de combate ao uso não racionalizado ou desperdício de água.

Art. 8º O descumprimento do disposto na presente lei sujeitará o infrator às penalidades, devendo ser observada a seguinte ordem de aplicação da penalidade:

I - advertência, por escrito;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

II - multa no valor de 1,5 VRM aplicada por escrito, no caso de descumprimento da advertência;

III - em caso de reincidência, multa descrita no inciso anterior deverá ser aplicada em dobro.

CAPÍTULO II

PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO USO RACIONAL DE ÁGUA

Art. 9º Fica instituído o Programa Municipal de Conservação e Uso Racional de Água, que será operacionalizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente, que tem por objetivo instituir medidas que induzam a conservação e o uso racional do recurso hídrico nas atuais e nas novas edificações, bem como a conscientização dos usuários sobre a importância da conservação da água.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Infraestrutura Meio Ambiente irá fomentar as ações de conscientização e educação da comunidade sobre a importância de conservação dos recursos hídricos, promovendo a participação das instituições públicas e privadas e a comunidade para participar das discussões e sugestões.

Art. 10 O Programa desenvolverá as seguintes ações:

I - conservação e uso racional da água, entendido como conjunto de ações que propiciam a economia e o combate ao desperdício quantitativo nas edificações (volume de água potável desperdiçado pelo uso abusivo);

II - utilização de fontes alternativas, entendido como o conjunto de ações que possibilitam o uso de outras fontes para captação de água que não o sistema público de abastecimento;

III - utilização de águas servidas, classificadas como do tipo cinza, entendidas como aquelas utilizadas no tanque, máquina de lavar, chuveiro e banheira, lavagens de carros e de calçadas.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 Fica autorizado o Poder Executivo regulamentar esta Lei, criar mecanismos para a sua fiscalização, e aplicar advertências e multas, ambas com notificação.

Art. 12 O Executivo Municipal ficará incumbido de promover ações educativas, a fim de coibir o desperdício e conscientizar sobre a economia de água, na mídia em geral, praças públicas e escolas.

Art. 13 Esta lei entrará em vigor 30 (dias) dias após sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 26 de março de 2020.

WALDEMAR DE CARLI,
Prefeito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

JUSTIFICATIVA I AO PL 536/2020

O presente Projeto de Lei visa solicitar aprovação legislativa no sentido de instituir o Programa Municipal de Conservação e Uso Racional de Água e controle e uso racional de água potável no Município de Veranópolis.

Tendo em vista a grave crise de desabastecimento de água pela qual os municípios dependentes da água da bacia hidrográfica do Arroio Retiro, e que de tempo em tempo tem se apresentado, causando reflexos no sentido de provocar crises no abastecimento de água.

Tendo em vista a necessidade de evitar outras crises de desabastecimento de água nos próximos anos, estamos instituindo o princípio da prevenção a novas situações semelhantes, pois devido ao desequilíbrio climático, outras crises extremas de seca, calor, enchentes etc. irão acontecer no futuro.

Tendo em vista a necessidade de preservarmos e valorizarmos esse bem da natureza para a presente e as futuras gerações.

Tendo em vista a necessidade de se adotarem medidas efetivas para que a população use racionalmente a água e elimine os desperdícios desse bem vital.

Tendo em vista a necessidade de se garantir uma distribuição igualitária para toda a população e incentivar a solidariedade entre os cidadãos para que todos tenham acesso justo ao fornecimento de água.

Tendo em vista que o uso racional e responsável da água é necessário para assegurarmos fornecimento a toda população. Aqui estão presentes os princípios da solidariedade e do mínimo existencial. E, alguns juristas poderão visualizar o princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que o acesso regular a água potável pode ser interpretado como uma manifestação desse princípio.

Tendo em vista a ocorrência de fenômenos climáticos em todo o mundo que tem prejudicado o ciclo natural das chuvas ocasionando crises de estiagem ou enchentes.

Tendo em vista a necessidade de reforçarmos todo o trabalho de conscientização ecológica feita por todos os entes públicos até então e a necessidade de se adotarem medidas efetivas para solucionar os problemas de desperdício e mau uso da água. Aqui focamos dois elementos: primeiro o de que o trabalho de educação ambiental da população tem que ser mais intenso; e segundo que apenas o trabalho educativo não tem condições de solucionar o problema no curto e médio prazo, por isso precisamos de medidas que façam com que o cidadão seja impelido a economizar os recursos naturais que temos, como é o caso da água.

Tendo em vista que o uso racional e a economia de água resulta em melhor qualidade no tratamento e fornecimento de água para todos e aumenta o tempo de duração dos estoques em reservatórios públicos nos períodos de estiagem. Aqui podemos citar alguns argumentos importantes, como por exemplo: que se todos economizarem o “custo” tanto para o consumidor, como para as concessionárias de distribuição de água e tratamento de esgoto será bem menor, que a água fornecida será de melhor qualidade o que reflete na questão da saúde pública, que a universalização



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

no serviço de fornecimento de água será facilitada e que o volume de esgoto produzido que polui nossas praias e rios irá diminuir.

Tendo em vista a necessidade de aplicarmos os princípios da “Solidariedade Ambiental” do “Mínimo Existencial” e da “Dignidade da Pessoa Humana”. Inclusive, economizando nossa água para termos condições de compartilhar com aqueles entes que não a tem.

Tendo em vista a necessidade de se buscar fontes alternativas de recursos hídricos para atender as necessidades da população. Essa razão é específica para a captação e armazenamento de águas pluviais mediante a instalação de telhados ecológicos que tenham essa finalidade. Entendemos que o uso dos mecanismos previstos por essa lei contribuem para se atender todas essas demandas estão em conformidade com a legislação ambiental vigente e constituem as razões para a implementação dessa Lei.

Assim, encaminhamos o presente Projeto de Lei para a devida tramitação na Câmara de Vereadores.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 26 de março de 2020.

WALDEMAR DE CARLI,
Prefeito.